



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e  
desigualdades**

## **A RELAÇÃO ESTRUTURAL E DIALÉTICA ENTRE RACISMO E CAPITALISMO**

**DANIEL TADEU ALVES<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Este artigo surge a partir da nossa dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP em 2023. Nos propomos a discutir os conceitos de racismo e raça, e elucidar a relação estrutural e dialética entre racismo e capitalismo ao longo do processo histórico que originou o modo de produção capitalista e suas particularidades na formação social brasileira.

**Palavras-Chave:** Racismo, Capitalismo, Colonialismo, Raça.

### **ABSTRACT:**

This article arises from our master's dissertation defended in the Postgraduate Program in Social Work of PUC-SP in 2023. We propose to discuss the concepts of racism and race, and to elucidate the structural and dialectical relationship between racism and capitalism throughout the historical process that originated the capitalist mode of production and its particularities in the Brazilian social formation.

**Keywords:** Racism, Capitalism, Colonialism, Race.

### **Racismo como ideologia**

Neste trabalho adotamos por perspectiva e referencial teórico, a elaboração de Clóvis Moura (1994) que conceitua o racismo como "(...) uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação (...)" (MOURA, 1994, p. 1).

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A união das diferentes etnias e povos europeus se configurou em um "*pacto social racista*" criado para legitimar a invasão colonial dos territórios fora da Europa, para justificar a desumanização e escravização dos grupos étnicos não brancos, afligidos por aqueles que, através do racismo pactuado no contrato social racista dos europeus, tornaram-se a "raça civilizada", a raça branca. Tendo em comum a sede capitalista por acumulação de riqueza, o *branco europeu* marchou rumo à expansão de seus domínios sobre outros continentes.

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduzem-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros. (QUIJANO, 2005, p. 127)

O colonialismo enquanto tecnologia de poder e principal estratégia de acumulação primitiva (e continuada) de capital instituída pelo racismo, foi substancial para o desenvolvimento e estruturação do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico, se tornando um implacável sistema-mundo e novo padrão de poder mundial. Este padrão de poder mundial institui uma divisão racial e de gênero do trabalho com centralidade na raça como matriz colonial de poder (Quijano, 2005), sendo raça definida enquanto conjunto de características fenotípicas e culturais hierarquizados, determinantes para instituição de privilégios ou opressões distribuídas aos povos (grupos raciais) dos diferentes continentes, de acordo com os interesses e necessidades do capital (MBEMBE, 2018).

De igual modo, Márcia Eurico (2020) na obra "Racismo na Infância" discute o racismo também o identificando como uma ideologia que, na relação estrutural e dialética com o modo de produção capitalista, estrutura relações sociais nas quais a população negra é acometida por violências sistemáticas e continuadas na sociedade brasileira. "O racismo entendido como ideologia cuja reprodução e reatualização, a despeito de todos os argumentos cientificamente comprovados, ganha de tempos em tempos novos defensores e práticas mais sofisticadas de execução." (EURICO, 2020, p. 34).

De fundamental importância para a discussão racial no Brasil, Lélia Golzalez na obra "Por um feminismo negro latino-americano.", apresenta conceituação semelhante do racismo, contribuindo fundamentalmente para nosso debate a cerca do racismo enquanto ideologia de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dominação. A autora afirma, "racismo é uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial." (GONZALES, 2019, p. 55, apud OLIVEIRA, 2021, p.45).

Enquanto ideologia de dominação, o racismo se produz e reproduz no conjunto de relações sociais estabelecidas cotidianamente. Ainda que manifesto no campo teórico, na literatura, em textos acadêmicos e em diversos discursos, o racismo se reproduz em ideias, relações sociais e práticas sociais concretas do cotidiano. Como afirma Silvio Almeida (2018), "O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas." (ALMEIDA, 2018, p. 52).

Compreendemos ideologia nos termos debatidos pelo autor marxista George Luckács. Luckacs (2013) que tem grande contribuição para compreendermos o conceito de ideologia.

Verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nenhum ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nenhuma hipótese, teoria etc., científica, verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, [...]. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. (LUKÁCS, 2013, p. 467)

Karl Marx (1993) em "Crítica a Ideologia Alemã", contribui com nossa reflexão sobre ideologia e a produção do conjunto de ideias que norteiam as relações sociais em determinada formação social e modo de produção. As concepções sobre ideologia de Marx (1993) e Lukács (2013) se diferenciam, uma vez que para Marx (1993) as ideias dominantes refletem as relações materiais e essas relações são apreendidas como ideias, refletindo a ideologia e os interesses das classes dominantes de determinado modo de produção.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX, 1993, p. 47)

Nesta perspectiva, compreendemos o racismo como uma ideologia de dominação que institui práticas sociais concretas que se estabelecem engendrando e operacionalizando



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

processos de discriminações sistemáticas que, reproduzidas cotidianamente, buscam atribuir desvantagens, violências, opressão e exploração aos grupos sócio-raciais identificados como não brancos, os negros, indígenas, amarelos e oceânicos. Ao mesmo tempo, o racismo atribui privilégios e opera a manutenção de poder ao grupo sócio-racial dominante, o branco europeu e seus descendentes.

Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1- produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação "racional" para a desigualdade racial; 2 - constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem "normal" e "natural" que no mundo haja "brancos" e "não-brancos". (ALMEIDA, 2018, p. 49)

Assim o racismo tornou possível o colonialismo e toda violência colonial contra os grupos sócio-raciais não brancos, em que compreendemos ser essa a maior estratégia de acumulação primitiva de capital e de desenvolvimento do capitalismo central. Foi através da racialização, da discriminação sistemática e de um conjunto de violências e opressões inflingidas contra negros e indígenas que o capitalismo dependente brasileiro se desenvolveu.

No mesmo sentido, identificamos em Almeida (2018) a seguinte conceituação de racismo,

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

O colonialismo, o escravismo, o imperialismo, todas essas são fases do desenvolvimento capitalista em que um conjunto de discriminações sistemáticas e práticas concretas de uma coletividade de sujeitos brancos europeus, resultaram em uma série de violências contra os grupos racializados como negros, indígenas e não brancos no geral, nos países colonizados e inseridos de forma subalternizada e/ou periférica no sistema-mundo capitalista, cujo fruto foi a acumulação primitiva e continuada de capital e o desenvolvimento geral do capitalismo mundial.

(...) que o racismo é apropriado, na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global. (FAUSTINO, 2018, p. 153)

Assim, pode-se concluir que o racismo se estabeleceu ao longo dos processos históricos, políticos, econômicos e socioculturais na constituição de relações sociais de opressão e exploração, desde a reconquista no século XII, ao longo do renascimento no período renascentista quando a narrativa que aloca a Europa como centro e referência de civilidade e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

modernidade para o mundo se impôs. É ao longo do processo pré capitalista em que a acumulação primitiva de capital se estabelece (MARX, 2013) tendo o colonialismo como principal estratégia de destituição dos meios sociais de subsistência e de produção, em que o racismo se expressa pela primeira vez com determinações estruturais e substanciais ao desenvolvimento do capitalismo e das relações sociais que o constitui.

Dennis de Oliveira (2021) na obra “Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica”, afirma que “o racismo é uma ideologia que ‘cimenta’ relações sociais particularmente em um país atravessado historicamente por mais de três séculos de escravização de africanos abolida de forma conservadora tardiamente.”(OLIVEIRA, 2021, p. 62). No conjunto de relações sociais que constituem o capitalismo, tais relações “cimentadas” são de opressão e exploração.

### **Racismo e sua dimensão política**

Instituída a partir do racismo e das relações mercantis em expansão no século XIV, o colonialismo se manifestou enquanto tecnologia de poder, estratégia e decisão política dos grupos sociais localizados no território europeu, auto identificados posteriormente como grupo racial branco. Tal decisão política foi o que permitiu a instituição da invasão colonial como estratégia substancial ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, caracterizando assim o racismo como processo histórico e político.

Para melhor compreensão, cabe ressaltar que tomamos como conceito de política o que Almeida (2018) apresenta. “Assim, a política se define, simultaneamente, ‘como um projeto de autonomia e a realização de um acordo em uma coletividade’, acordo esse que a filosofia política clássica denomina de contrato social.” (ALMEIDA, 2018, p. 69).

Como já afirmado por nós anteriormente, o pacto social racista dos grupos sociais europeus estabeleceu os grupos sócio-raciais não brancos como inferiores, não civilizados, não humanos e por tanto poderiam ser colonizados, escravizados e explorados. Tais decisões políticas foram celadas e materializadas no contrato social que funda o Estado moderno tendo a liberdade, a igualdade e a fraternidade como princípios bases da revolução francesa iluminista e da democracia burguesa. No entanto,

O escravo moderno não podia ser reconhecido como parte dessa comunidade de contratantes que estruturou o pacto social burguês, sob a pena de poder reivindicar para si o status a ela reservado e, com isso, desmantelar por completo as bases da expropriação originária que compõem a "assim chamada acumulação primitiva de capitais". Desse

modo, a burguesia iluminista seguiu defendendo a liberdade e a igualdade como atributos ontológicos humanos, a partir de uma crítica metafórica à escravidão, enquanto enriquecia assombrosamente com a escravidão real nas colônias. (FAUSTINO, 2022a, p. 59)

Com isso, “O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (ALMEIDA, 2018, p. 39). Discriminações sistemáticas que estão intrinsecamente ligadas aos processos de exploração característicos ao modo de produção capitalista.

O que buscamos elucidar com o que vem sendo apresentado até então é que o racismo enquanto ideologia de dominação surge no processo histórico e político em que a Europa se constitui enquanto continente que se auto afirma como centro e referência para toda a humanidade, concomitante ao período pré capitalista em que para realizar a acumulação primitiva de capital, tais grupos ampliam seu poder expandindo seus domínios explorando outros continentes e outros povos racializados e identificados como não brancos. Sendo assim compreendemos o racismo como ideologia de dominação e como “(...) processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político, caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros.” (ALMEIDA, 2018, p. 40).

Compreendemos que a articulação entre ideologias, como o racismo, e as mais brutais violências legitimadas por este, foram utilizadas pelo branco colonizador no período de acumulação primitiva de capital, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista no século XVIII e seguem sendo articuladas na contemporaneidade onde processos de discriminação sistemáticas permanecem violentando negros e indígenas, realizando a manutenção das condições necessárias ao capitalismo dependente brasileiro.

Em seu estudo sobre o funcionamento político e econômico do imperialismo - como forma particular de acumulação de capitais, no período posterior à industrialização - Rosa Luxemburgo (1972) sugere que a violência sistêmica da colonização, anteriormente observada por Marx, não foi exclusividade do período inicial de desenvolvimento do capitalismo, mas sim que seguiu atuando, como contraparte necessária, em todos os demais estágios de acumulação, tornando viável, pela violência absoluta nas periferias, a democracia e o direito nos centros capitalistas. Os autores observaram que tanto a industrialização, no final do século XVII, quanto a fase imperialista de desenvolvimento capitalista, ao final do século XIX e início do século XX, tiveram nas colônias condições fundamentais de existência. (FAUSTINO, 2022a, p. 65)

Ressalta-se que para a reprodução e reatualização do racismo é necessário que arranjos institucionais sejam pactuados para sustentação das decisões políticas tomadas por determinada



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

coletividade e grupos sociais que tem no racismo mecanismos de manutenção de seu poder e privilégios. “A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

### **O papel do Estado na reprodução do racismo**

O Estado exerce papel fundamental para reprodução, sustentação e manutenção do racismo na sociedade capitalista. Tais arranjos institucionais são estruturados pelo contrato social e pelas normas mantidas pelo Estado moderno. A respeito, Silvio Almeida (2018) afirma que,

Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. E por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada. Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do apartheid sul-africano não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escolas, igrejas e meios de comunicação. (ALMEIDA, 2018, p. 68)

O racismo se constituiu ao longo da história como uma norma, um acordo, como pacto social racista necessário ao surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista no centro global e em suas periferias. Enquanto ideologia de dominação o racismo se desenvolve e adquire significados, sentidos e expressões diferentes ao longo dos séculos e se expressa de diversas maneiras, as vezes distintas a depender de cada formação social e de suas particularidades.

Ainda assim é importante ressaltar que é justamente sua característica sistêmica e estrutural que permite a sua reprodução ao longo da história “moderna”, pois este surgiu a partir de determinadas condições sociais, em determinado período histórico, a partir de determinadas condições econômicas, políticas, culturais e sociais (MARX, 1993) ao mesmo tempo, determinadas condições sociais, determinados processos políticos, determinadas organizações econômicas e determinados arranjos institucionais surgiram e se sustentam até hoje a partir da reprodução estrutural do racismo na intersecção e articulação com outras ideologias e processos sócio-metabólicos.

(...) o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2018, p. 38)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para sustentação das condições sócias necessárias a essa estrutura social, e das condições sociais criadas por essa estrutura, a sociabilidade metabólica do capital conta com o Estado, que realiza a manutenção da ordem social a partir das instituições que mantém.

A sociedade capitalista tem como característica fundamental a troca mercantil. Desse modo, a existência da sociedade capitalista depende que os indivíduos que nela vivem relacionem-se entre si, predominantemente, como livres e iguais. Só é garantida esta condição aos indivíduos quando a troca mercantil pode se generalizar e se tornar a lógica constitutiva da sociedade. Por isso, caberá ao Estado assegurar o direito à liberdade individual, à igualdade formal - apenas perante à lei, não a material - e principalmente à propriedade privada. Sem liberdade individual, igualdade formal e propriedade não poderia haver contratos, mercado e, portanto, capitalismo. (ALMEIDA, 2018, p. 71)

Ou seja, no capitalismo é o Estado que operacionaliza, organiza e garante a manutenção e sustentação das condições necessárias a reprodução da ordem social. “No capitalismo, a organização política da sociedade não será exercida diretamente pelos grandes proprietários ou pelos membros de uma classe, mas pelo Estado.” (ALMEIDA, 2018, p. 71).

O poder político confere aos grupos sociais maior ou menor condição de negociação dos seus interesses no conjunto de relações e instituições que compõe o Estado. No capitalismo, onde os interesses burgueses regem a ordem, o Estado é dominado e reproduz a força política das classes dominantes, ainda que em determinadas medidas cede a pressão política de outros grupos e conceda, por exemplo, direitos trabalhistas e políticas sociais que de certa forma atendam às demandas da classe trabalhadora, “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política.” (MARX, 1993, p.76).

Ainda que o Estado apareça como a tentativa de unificação e coesão social, inevitavelmente a sociedade capitalista é marcada por contradições e conflitos sociais, expressos estruturalmente pela luta de classes. Luta essa em que a classe dominante (burguesa) impõe a qualquer custo a manutenção da ordem capitalista que a privilegia, contando para isso com a estrutura do Estado e suas instituições.

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem - garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos - e a "internalização das múltiplas contradições", seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (ALMEIDA, 2018, p. 72)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Em contra ponto, o conjunto dos trabalhadores pautam suas lutas na aquisição de direitos sociais, diminuição das desigualdades e através da pressão política que exercem adquirem concessões e conquistas por meio do Estado. Porém as disputas, tensões, conflitos e contradições inerentes ao modo de produção capitalista serão mediados pelo Estado e pelas instituições que este organiza. Tal mediação se dará pelo uso de aparelhos ideológicos objetivando a disputa das consciências, formatando o modo de pensar dos sujeitos aos interesses da classe dominante. Quando a cultura, as leis, a mídia, a escola e outras instituições não são o suficiente, a coerção física é utilizada e a polícia e o exército são convocados para o uso da violência física legitimada pelo Estado com objetivo de defender os interesses da classe dominante.

Em uma sociedade dividida em classes e grupos sociais, o Estado aparece como a unidade possível, em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos. E quando a ideologia não for suficiente, a violência física fornecerá o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis, mas que devem ser metabolizados pelas instituições (...). (ALMEIDA, 2018, p. 74)

#### **Racismo institucional e a formatação das subjetividades**

Almeida (2018) resgate uma importante conceituação para “instituição” que contribui fundamentalmente para nossa discussão. Resgatando Hirsch (2007), afirma que as instituições são, “(...) modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais.” (HIRSCH, 2007, p. 26 apud ALMEIDA, 2018, p. 29).

Ressaltando o papel fundamental das instituições para organização do Estado e da sociedade capitalista, Almeida (2018) afirma que,

Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. (ALMEIDA, 2018, p. 31)

Nestes termos, podemos compreender como a infiltração do racismo enquanto ideologia de dominação nos tecidos sociais, na estruturação do Estado, nos seus aparelhos e instituições, é uma das condições que possibilita a reprodução continuada do racismo e a própria manutenção das relações sociais necessárias a ordem capitalista. Se, como já mencionado, o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, a reprodução do racismo por membros e instituições do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Estado significa a efetivação do pacto social racista e dos interesses políticos do grupo social branco burguês. Estes se beneficiam com a reprodução sistemática e continuada do racismo e com a organização da sociedade capitalista a partir da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) enquanto conjunto de relações sociais oriundas da cultura e da herança colonial determinadas pela institucionalização do racismo no processo de formação dos Estados-Nação, das instituições, da cultura e da produção de subjetividades dos sujeitos que compõe determinadas formações sociais e o modo de produção que as compõem.

Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos tornam-se sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. (ALMEIDA, 2018, p. 30)

A institucionalização do racismo e sua reprodução se caracteriza como mecanismo de controle social, racial e de gênero do trabalho e das relações sociais, atribuindo ao Estado dominado politicamente pela classe burguesa e por seus representantes, uma ferramenta que permite a manutenção das condições sociais e das relações sociais necessárias ao desenvolvimento e continuidade do modo de produção capitalista. “Assim as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento.” (ALMEIDA, 2018, p. 43).

Ao instituir e determinar o lugar social e as hierarquias sociais que estruturam a sociedade capitalista, raça foi uma categoria central para que os aparelhos e as instituições do Estado se mantivessem dominados hegemonicamente pelo grupo branco das classes dominantes. Isso se configura como condição sistêmica para continuidade da ordem capitalista, permitindo ao grupo burguês estabelecer mecanismo para manutenção da estrutura social que lhe beneficia.

Assim, é no conjunto das instituições e das relações sociais que o racismo é produzido e reproduzido. Não como patologia, nem como desarranjo ou falha em meio ao sistema, mas sim como pacto social, como acordo, consenso, regra e norma que naturaliza processos históricos de discriminações raciais sistemáticas. O racismo enquanto ideologia que compõe e estrutura da sociedade, o Estado, as instituições e os sujeitos por elas formados e formatados, foi ao longo dos processo históricos e políticos normalizado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Como nos apresenta Franz Fanon no artigo “Racismo e Cultura”, publicado no I.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em Setembro de 1956. Publicado no número especial de *Présence Africaine*, de Junho-Novembro de 1956, artigo presente no livro “Em defesa da revolução africana” (FANON, 1980) o psiquiatra revolucionário afirma que “Numa cultura com racismo, o racista é, pois, normal. A adequação das relações econômicas e da ideologia é, nele, perfeita. (FANON, 1980, p. 86).

No mesmo sentido, Almeida (2018) discute o papel das instituições em tornar o pacto social racista uma regra, em que as instituições formam os sujeitos, suas subjetividades e comportamentos, normalizando a reprodução das discriminações raciais sistêmicas. “Portanto, a forma com que os indivíduos atuam na sociedade, seu reconhecimento enquanto integrantes de determinados grupos e classes, bem como a constituição de suas identidades relacionam-se às estruturas que regem a sociabilidade capitalista.” (ALMEIDA, 2018, p. 72).

O racismo “(...) enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.” (ALMEIDA, 2018, p. 49). A formação das identidades, a formatação das subjetividades, a indução dos comportamento dos indivíduos e o processo de inserção de cada pessoa nos lugares sociais e na divisão racial e de gênero do trabalho se dará pela reprodução ideológica do racismo, do machismo e dos interesses políticos da classe dominante no conjunto de instituições e relações sociais que compõe o Estado, a formação social e o modo de produção de capitalista dependente brasileiro. “A estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. Entenda-se absorver como normalizar, no sentido de estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos.” (ALMEIDA, 2018, p. 29).

Normas estás que, ainda que sofram mudanças, atualizações e novas formas de se expressar socialmente, mantém suas características fundamentais: processos sistemáticos de discriminações raciais que promovam violências, opressão e exploração dos grupos raciais identificados socialmente como negros, indígenas e não brancos no geral, infligindo a estes grupos raciais uma série de desvantagens e de violações dos seus direitos fundamentais e da sua condição humana, de forma normalizada socialmente. Ao pé que esse mesmo processo atribui prestígio, privilégios, poder e lucro ao grupo socialmente identificado como brancos, sobretudo das classes dominantes e proprietárias dos meios sociais de subsistência e de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produção. “O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação.” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Com base no Projeto de Combate ao Racismo Institucional (DFID/PNUD), podemos compreender que o racismo institucional “refere-se às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras” (DFID/PNUD, apud EURICO, 2013, p. 299). Significa dizer que, o racismo estruturou instituições que, além de formar sujeitos racistas, operam mecanismos de discriminações raciais sistemáticas que violentem a população negra, mesmo sem depender da consciência ou da intenção dos sujeitos.

O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições. (DFID/PNUD, apud EURICO, 2013, p. 299)

Segundo o DFID/PNUD, o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas, sendo: a política-programática e a das relações interpessoais. A política-programática diz respeito a ações que barram a criação, implementação e efetivação de políticas públicas de combate ao racismo, ao mesmo tempo em que impedem a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas (EURICO, 2013). Já a segunda, a dimensão interpessoal do racismo institucional, está ligada às relações entre os trabalhadores, gestores e usuários de serviços, em que essa relação, independente das posições hierárquicas estabelecidas na instituição, se pauta na discriminação racial entre os sujeitos. Ou seja,

o racismo institucional se configura por meio de mecanismos de discriminação inscritos no corpo da estrutura social, e que funciona mesmo sem a intenção dos indivíduos, ou seja, se estabelece nas instituições traduzindo os interesses ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes. (SCHUCMAN, 2014, p. 86)

Se faz de suma importância ressaltar que, ainda que se reproduza de forma “automática” e sem depender necessariamente da consciência e da intenção dos sujeitos, o racismo segue sendo fruto da racionalidade humana, segue se produzindo e reproduzindo nas relações sociais estabelecidas entre os grupos sociais que compõe a formação social e o modo de produção do capitalismo dependente brasileiro. Na mesma perspectiva, corroborando com nossa análise, Silvio Almeida (2018) destaca que, “A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento.” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Ou seja, processos e mecanismo de discriminações raciais sistemáticas só existem e só se institucionalizam pela ação dos sujeitos, dos grupos sociais, do Estado e das instituições, acordos e práticas concretas que estes instituem a partir dos seus interesses políticos.

a discriminação só se torna sistêmica se forem reproduzidas as condições sócio-políticas que naturalizem a desigualdade de tratamento oferecido a indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Por isso, já dissemos que em face da estrutura política e econômica da sociedade contemporânea, formas de discriminação como o racismo só se estabelecem se houver a participação do Estado. (ALMEIDA, 2018, p. 155)

Nesta perspectiva, estamos em plena concordância com Fanon (1980), “O mesmo é dizer que um grupo social, um país, uma civilização, não podem ser racistas inconscientemente. Dizemo-lo mais uma vez: o racismo não é uma descoberta acidental. Não é um elemento escondido, dissimulado.” (FANON, 1980, p. 84). Ou seja, o racismo é uma ideologia de dominação que surge e se desenvolve em certo contexto histórico, a partir de determinadas condições sociais, fruto de conflitos e pactos políticos, racionalizado e articulado por sujeitos e grupos sociais que materializam seus interesses políticos nas instituições que reproduzem a ideologia racista no bojo do Estado, das relações sociais e da realidade de uma determinada formação social.

(...) as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente - com todos os conflitos que lhe são próprios -, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2018, p. 36)

### **Considerações finais**

É nesta perspectiva que reafirmamos que o racismo é estruturante e estrutural. Estruturante pois como vimos, fruto das relações sociais e conflitos políticos, culturais, étnicos e territoriais no período pré capitalista, o racismo surge como estruturante das condições sociais necessárias à acumulação primitiva de capital e ao desenvolvimento e expansão mundial do modo de produção capitalista, ou seja, estruturante do colonialismo, do escravismo, do imperialismo e do neocolonialismo. Vimos também que o racismo enquanto ideologia de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dominação foi infiltrado e cimentado na cultura, na constituição dos Estados, das instituições e da formação dos sujeitos. Abdias Nascimento (2016) ensina que o racismo no Brasil,

(...) não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 2016, p. 111)

Estrutural pois não se trata de uma simples relação individual ou de ações comportamentais específica de alguns poucos sujeitos, mas sim enquanto ideologia de dominação que se efetiva a partir de práticas concretas que implicam em discriminações raciais sistemáticas de determinados grupos raciais - negros e indígenas - associadas ao interesse político das classes dominantes no modo de produção capitalista.

Estrutural pois a produção e reprodução do racismo no conjunto de instituições que compõem o Estado e a formação social brasileira no processo de manutenção das condições e relações sociais necessárias ao desenvolvimento e continuidade do modo de produção capitalista se efetiva a partir de processos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais, que dependem de arranjos institucionais que consolidam a reprodução do racismo enquanto ideologia de dominação nos aparatos jurídicos, políticos, econômicos, culturais, familiares e sociais da formação social brasileira. Ou seja, no conjunto de relações sociais de produção que dão conformidade ao modo de produção capitalista dependente brasileiro. Neste sentido em “Contribuição à crítica da economia política” Marx (2008) afirma que,

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47)

A relação estrutural e dialética entre racismo e capitalismo está posta na perspectiva de que Karl Marx (1993) propõe em “A Ideologia Alemã”. Uma relação que compreende-se dialética, entre a superestrutura e a infraestrutura. A superestrutura é composta pelo Estado, por suas instituições e pelas estruturas políticas, jurídicas, pela cultura, pela religião, pela ideologia e seus meios de reprodução. Já a infraestrutura se refere as forças produtivas, aos meios sociais de subsistência e de produção, as relações sociais de produção que compõe a formação econômica de determinada ordem social (MARX, 1993). Pôde-se entender que a superestrutura é fruto e cumpre papel de sustentar o funcionamento da infraestrutura, que não só determina a primeira mas também é determinada por ela.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Racismo e raça ao longo do processo histórico do desenvolvimento da sociabilidade capitalista, na relação estrutural e dialética estabelecida, transitam entre a infraestrutura e a superestrutura, exercendo funções diferentes em cada período histórico e nas distintas fases do desenvolvimento geral do capitalismo. Nesta perspectiva compreendemos que o racismo além de determinante e estrutural para a organização das diversas expressões da superestrutura, também se caracteriza como uma superestrutura.

Além dos órgãos do poder - o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia - as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas - a imprensa, o rádio, a televisão - a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2016, p. 112)

Ou seja, o racismo é estruturante e estrutural pois enquanto ideologia que se produz e reproduz nos processos históricos, políticos e econômicos, se manifesta a partir das condições sociais e práticas concretas reproduzidas nas instituições e nas relações sociais de produção de determinada formação social e de sua organização política, econômica, jurídica, cultural e social, formatadas às necessidades do modo de produção capitalista. E como nos ensina Frantz Fanon, “Apercebe-se de que a atmosfera racista impregna todos os elementos da vida social.” (FANON, 1980, p. 86)

Compreendemos que o racismo é uma ideologia de dominação estrutural necessária a manutenção do modo de produção capitalista, sendo assim, o enfrentamento do racismo deve se dar na intersecção com as lutas anti patriarcais, de enfrentamento ao machismo, a LGBTQIAP+ fobia e demais formas de opressão e exploração. Tais lutas se constituem fundamentais, no campo institucional, mas primordialmente na articulação com os movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora na direção não da reforma, mas sim da superação do modo de produção capitalista, apontando para a emancipação política e humana das coletividades humanas.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BODART, Cristiano das Neves. **Infraestrutura e superestrutura em Marx**. Blog Cagé com Sociologia. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/infraestrutura-e-superestrutura-em-marx/amp/>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

EURICO, Marcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Serviço Social e Sociedade. 2013, n.114, p. 290-310

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância** / Márcia Campos Eurico. - São Paulo. Cortez, 2020.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana.** Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana: Textos políticos.** Brasil, Zahar, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** São Paulo: Zahar, 2022.

FAUSTINO, Deivison. **O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil.** PUCviva Revista, v. 39, p. 14-25, 2010.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo.** Ser Social, n. 42, V. 20, 2018, pp. 148-63.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana.** São Paulo: Raízes da América, 2022a.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas: Teoria, política e subjetividade.** São Paulo: Ubu Editora, 2022b.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo negro latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

HIRSCH, Joachim. **Forma política, instituições políticas e Estado** - I. Crítica Marxista, n. 24, 2007. p. 26. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo212artigo.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo212artigo.pdf). Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

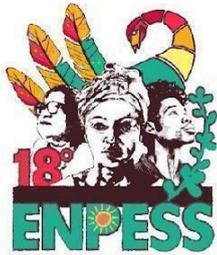
LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I / György Lukács ; tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duaver e Nélio Schneider. - São Paulo : Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx ; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política).** São Paulo: Civilização Brasileira, 2013. (Livro 1, v. 1 e 2).

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 32, nº. 94, jun – 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, n. 14, Universidade Federal da Bahia. 1983.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. In: Revista Princípios, São Paulo, n. 34, agosto a outubro de 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro, Parte 1** / Clovis Moura. São Paulo - Editora Atica. Serie Fundamentos. 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914 – 2011, **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de Um Racismo Mascarado**/ Abdias do Nascimento. – I. Ed.- São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica** / Dennis de Oliveira. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Dandara, 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Coleção Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Clacso, pp.107-130. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> - 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Psicologia & Sociedade, 26(1), 83-94. 2014.